

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



19/03/2019

TERÇA-FEIRA

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

CPI pede ajuda do TCE para investigar a Enel por sonegação

- ✎ Deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pela Assembleia Legislativa para investigar a Enel foram ontem ao TCE pedir ao presidente Celmar Rech a disponibilidade de servidores, para assessorar diretamente os membros da comissão eles já participarão, nesta quinta-feira, dos primeiros depoimentos marcados pela Assembleia Legislativa.
- ✎ O pedido foi entregue pessoalmente a Celmar Rech pelos deputados, Henrique Arantes (presidente da CPI), Antônio Gomide e Cairo Salim. Rech informou aos parlamentares o imediato atendimento do pedido, bem como a disponibilização de relatórios de prestação de contas e de outros documentos com subsídios importantes para a comissão.
- ✎ O presidente revelou que o TCE tem vários processos oriundos da Celg Distribuição, como balanços, o processo de transferência de ações do Estado para a Eletrobrás e uma recente medida cautelar adotada pelo conselheiro Saulo Mesquita justamente sobre um dos pontos sobre o qual a CPI tem grande interesse: a possível sonegação de Imposto sobre ICMS.
- ✎ Os deputados fizeram várias indagações ao presidente do TCE e demonstraram preocupação com questões como a deficiência no fornecimento de energia elétrica em Goiás; falta de investimentos por parte da Enel e provável quebra de obrigações contratuais.



GOIÁS ONLINE

Marcelo Mendes ■ marcelomendesdap@gmail.com

"Se não fizermos nada, as gerações mais jovens vão nos perguntar onde estávamos que não fizemos nada"

Presidente da República em exercício, General Hamilton Mourão

Resumo

■ O deputado estadual Antônio Gomide (PT) visitou na tarde desta segunda-feira, 18, os tribunais de contas do Estado e do Município. Ele integra a CPI da Enel.

■ O objetivo do encontro foi solicitar informações técnicas e documentos que envolvem a atuação da Enel em Goiás. A comitiva foi recebida pelos presidentes Celmar Rech (TCE) e Joaquim de Castro (TCM).

■ "Contar com a parceria dos tribunais é um passo importante para avançar nas investigações, através da intenção de documentos que expliquem o que é fato e o que não é na Enel em Goiás", explicou o deputado Antônio Gomide (foto).

Divulgação





XADREZ

xadrez@ohoje.com.br

RUBENS SALOMÃO

Presidente de CPI convoca Enel para prestar esclarecimentos

Entre os tantos requerimentos aprovados no início dos trabalhos da CPI da Enel, na Assembleia Legislativa, o pedido por depoimento de representantes da Enel está entre os primeiros a serem executados. De acordo com o presidente dos trabalhos, deputado Henrique Arantes (PTB), já foram requisitados documentos à distribuidora de energia sobre o acordo firmado em 2017 e as respostas deverão ser dadas em até 10 dias. “Solicitamos o contrato de compra e venda e de privatização. A partir disso, vamos buscar a contabilidade deles e também pedimos o relatório de investimentos. Eles alegam ter investido nos últimos anos R\$ 780 milhões por ano. Nós pedimos esse relatório para ver data por data, local por local do investimento que eles dizem que foi feito”, detalha o parlamentar. O requerimento aprovado define a convocação de toda a diretoria da Enel para reunião nesta quinta-feira (21). “Estamos convocando e se a diretoria não vier, nós vamos acusá-los de desobediência e mandar a polícia buscá-los. A CPI tem esse poder. Não estamos aqui para fazer acordo”, define.



Ajuda técnica

A CPI buscará ainda os tribunais de Contas dos Municípios (TCM) e do Estado (TCE). “Pretendemos exigir que eles forneçam técnicos para nos auxiliar na auditoria dos documentos”, confirma o presidente.

Contato

Um email foi criado para receber materiais sobre serviços da Enel. Críticas, denúncias ou sugestões podem ser enviadas para o endereço: cpidaenelgoias@gmail.com.



SES quer recuperar valores

SAÚDE Secretaria estadual autoriza abertura de processos para reverter dano ao erário e obter ressarcimento de quantias repassadas a organizações sociais, com indícios de irregularidade

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

Quatro portarias publicadas na edição de ontem do Diário Oficial do Estado (D.O.E.) têm como objetivo a abertura de apuração para recuperar valores que teriam sido recebidos e gastos irregularmente por organizações (OSs) sociais que atuam na rede de saúde estadual. Duas delas se referem às OSs que estão à frente da gestão do Hospital Estadual de Urgências de Anápolis (Huana) e do Hospital Estadual de Doenças Tropicais Doutor Anuar Auad (HDT), respectivamente. Nos dois casos, assim como nos demais, os valores foram pagos por serviços informados em prestações de contas passadas, mas que, após averiguação prévia, suscitaram suspeitas de inconformidades.

A soma dos valores em análise nos casos do Huana e do HDT é de quase R\$ 140 mil. O secretário estadual de Saúde, Ismael Alexandrino, que assina as portarias, é quem determina a instauração dos processos de tomada de contas especiais. No caso do HDT, a Associação Instituto Sócrates Guanaes (ISG), responsável pela gestão da unidade, teria apresentado irregularidades na prestação de contas do mês de maio de 2016. O valor de R\$ 69,9 mil foi pago à empresa MV Informática Nordeste Ltda., mas despachos da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especiais, da Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças e da Coordenação de Acompanhamento Contábil da SES-GO levantaram suspeitas de dano ao erário.

Se confirmada a situação, após a apuração que terá prazo de 180 dias para ser feita, a medida a ser tomada é a obtenção do



Fachada do HDT em Goiânia: OS responsável pelo hospital teria falhas na prestação de contas de maio de 2016

ressarcimento. As portarias indicam que sejam investigadas também as respectivas responsabilidades em cada caso. Os procedimentos, segundo nota enviada pela SES-GO, seguirão trâmites internos no órgão até serem encaminhados para a Controladoria Geral do Estado (CGE) e Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). A nova gestão está auditando todos os contratos da secretaria, incluindo os celebrados com organizações sociais. Situações semelhantes, com publicação de novas portarias podem ocorrer futuramente.

No Huana, os problemas identificados dizem respeito às prestações de contas apresentadas pela Fundação de Assistência Social de Anápolis (OS res-

ponsável pela gestão da unidade), entre janeiro e setembro de 2017. O valor total de R\$ 67,5 mil deveria voltar aos cofres públicos, depois de evidenciadas possíveis divergências na descrição de produtos. A reportagem tentou contato com representantes da OS, ontem, mas não conseguiu localizá-los até o fechamento da edição.

Em relação ao caso do HDT, o ISG esclarece que as prestações de contas do hospital seguem as tramitações legais e todas elas foram aprovadas pelos órgãos competentes. Em resposta enviada ao POPULAR, a organização social ressalta que preza por uma atuação pautada nos princípios que regem a administração pública, dentro do que é previsto contratualmente.

A mesma OS é citada em outra portaria publicada ontem, referente a problemas evidenciados na prestação de contas da gestão da Casa de Apoio Condomínio Solidariedade. Neste caso, foram identificados, entre março e junho do ano passado, valores pagos à organização social a título de despesas de viagens que deveriam voltar aos cofres públicos. O ISG alega que as viagens são justificadas tecnicamente pela necessidade de se economizar com o deslocamento de vários diretores até a unidade de Goiás, já que a sede, bem como a sede operacional e escritórios do Instituto ficam em outros Estados, e que os esclarecimentos já foram remetidos à secretaria.

"Tendo sido as viagens moti-

vadas pela necessidade do serviço, conforme relatórios e atas de reuniões já apresentadas oportunamente, não há o que se questionar no que tange à sua legalidade", diz a resposta do ISG. Este ano, segundo a OS, devido a mudanças operacionais, os gastos com passagens aéreas foram otimizados, utilizando tecnologias de comunicação, como vídeo conferências. Apesar disso, o Instituto ressalta que algumas viagens são necessárias para a manutenção dos serviços, pois são previstas contratualmente e, no caso específico, não excederam "o juízo da razoabilidade nos gastos".

FUNDAÇÃO

A quarta portaria refere-se a um contrato fechado pelo Estado em 2016 com a Fundação Universidade de Brasília (FUB). O objetivo era oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional a servidores do Sistema Único de Saúde (SUS) em Goiás, com foco na atenção primária. Na época, o valor da contratação, conforme consta no documento, foi acertada em R\$ 4,1 milhões, mas ele foi rescindido e, por isso, restaram valores a serem devolvidos ao Estado. Procurada ontem pela reportagem, a FUB, que é vinculada à Universidade de Brasília (UnB), informou por meio de nota que, apesar das limitações orçamentárias e financeiras que vem enfrentando, a universidade está se esforçando para restituir os valores o mais rápido possível.

Questionada, a SES-GO informou que, em relação à dívida do Estado com as OSs, tem mantido repasses ordinários referentes a 2019. Sobre os débitos passados, o órgão diz que é impraticável arcar com tudo em tão pouco tempo de gestão.

Cristiano Borges